



GESTÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Eliane de Lourdes Felden – IFFarroupilha – elianef@ja.iffarroupilha.edu.br

Thiago Santi Bressan – IFFarroupilha – tsbressan@ja.iffarroupilha.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central a gestão educacional na escola do campo. O estudo objetivou compreender os saberes que precisam constituir os gestores e professores da escola do campo. Os saberes fundamentais exigidos dos gestores das instituições do campo estão amplamente discutidos ao longo do trabalho, bem como, uma análise dos saberes necessários para o educador assumir uma gestão democrática em sala de aula. É uma pesquisa de caráter bibliográfico, em que se busca conhecer e examinar as interfaces das políticas públicas e referenciais teóricos relevantes que enfocam a Educação do Campo e a gestão escolar, como: Arroyo (2004), Libâneo (2008), Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), Luck (2006, 2010), Freire (1992, 1996, 2001), Canário (1995), Pimenta (2005), Zabala (2001) e outros. A pesquisa revelou que os saberes que precisam constituir os gestores e os professores da escola do campo, são os conhecimentos que vem do campo pedagógico, das políticas públicas e da literatura brasileira com foco no desenvolvimento e inovação educacional. São muitas as obras pesquisadas e os teóricos que defendem essa posição, assegurando que tais saberes são necessários para fundamentar a ação docente. A articulação dos mesmos, pelo profissional, fortalece sua identidade docente e atribui sentido e significado a sua prática educativa. O trabalho docente é uma prática social que exige do professor investimentos no seu desenvolvimento profissional construindo e a cada dia novos saberes para qualificar sua ação educativa na escola do campo. Nesse sentido, a exigência permanece consigo mesmo e a preocupação com a organização e o planejamento de seu trabalho voltado para o contexto do campo, são questões relevantes para qualificar o processo de ensino e aprendizagem. O trabalho oportunizou refletir a respeito da Educação do Campo, ampliando conhecimentos para construir e operacionalizar uma educação diferenciada que atenda as necessidades locais e regionais, capaz de construir pressupostos para que os proprietários rurais e seus filhos permaneçam no campo com qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, Gestão Escolar, Saberes Docentes.

INTRODUÇÃO

O poder público, considerando a magnitude da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso à Educação do Campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (BRASIL, 2002).

A Educação do Campo¹ é uma temática cara e urgente que vem ganhando espaços importantes na agenda educacional do país. Nas últimas décadas especialmente, políticas públicas foram concretizadas com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo.

O decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, expressa uma concepção de populações do campo, explicitando que a mesma é composta:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os cablocos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2012).

Esse dispositivo legal apresenta e situa quem são os sujeitos que integram a população do campo, ao mesmo tempo em que conceitua a escola do campo como aquela instituição localizada na área rural, de acordo com a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou também como o educandário que atenda de forma predominante populações do campo.

Nesse contexto, o desafio colocado na contemporaneidade é pensar a gestão escolar e os saberes necessários para qualificar a prática educativa nestas escolas do campo, de modo a atender a realidade local e regional, considerando a diversificação das populações do campo.

Como ser gestor de uma escola do campo? De que saberes precisam se constituir o gestor para interferir e colaborar com a produção de conhecimentos e transformar a realidade rural? Enquanto docente na escola do campo, que saberes construir para fortalecer a educação pública rural? Essas questões nos mobilizaram a pesquisar e foram assumidas como problemas de pesquisa. Outras questões nortearam nossa investigação: O que é gestão? O que

¹ A expressão Educação do Campo passou a ser utilizada a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 1998 em Luziânia – Go. Informação disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>. Acesso em 15 set 2013. O Brasil possui 76,2 mil escolas rurais e 8,4 milhões de pessoas em idade escolar vivendo no campo. Esse panorama da Educação no Campo no Brasil instiga a pensar nos principais desafios em construir uma educação para o campo com qualidade. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-rural/acesso>: 15 set 2013.

é ser gestor? Como o professor gestor precisa atuar na escola do campo no sentido de qualificar cada dia a sua prática pedagógica?

A gestão educacional tem sido tema de inúmeros estudos e pesquisas com o objetivo de promover um bom funcionamento da escola e da ação educativa em sala de aula. A organização e a gestão escolar das escolas do campo, particularmente, constituem elementos relevantes que colaboram com o desenvolvimento das instituições, no intuito de que correspondam com as finalidades educacionais previstas em seu projeto político pedagógico.

A escola é uma instituição que tem objetivos definidos e um compromisso especial com a formação humana. Assim, compreende-se a necessidade de refletir e estudar a temática da gestão escolar e especificamente da gestão da sala de aula, intencionando colaborar com a construção de uma Educação do Campo de melhor qualidade.

É oportuno considerar que políticas públicas e pesquisadores têm se debruçado em pesquisar e escrever a respeito do tema em destaque. Intenciona-se assim, apresentar algumas interfaces teóricas e de políticas públicas em torno da gestão escolar na Educação do Campo. Acredita-se que é um tema relevante, pois o trabalho proposto irá contribuir para fortalecer a literatura pedagógica brasileira em torno do tema.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

O campo da educação na contemporaneidade remete a refletir e analisar a respeito de amplos aspectos que no cotidiano desafiam gestores e professores a construir uma escola democrática assegurando as condições pedagógicas e organizacionais para se alcançar mais qualidade nas aprendizagens e no desenvolvimento integral, para todos os alunos. Uma escola que funciona bem, na perspectiva de alguns teóricos², é aquela que melhor favorece o trabalho dos professores, e com isso consegue melhorar as aprendizagens dos alunos.

Há uma articulação entre o que acontece no âmbito da organização da escola e o que acontece nas salas de aula, pois a organização e gestão se constituem em práticas educativas, pois influenciam a aprendizagem dos alunos e permeiam a prática dos professores.

Nesse sentido, é fundamental considerar a importância das políticas educacionais e das normas legais para o ordenamento político, jurídico, institucional e organizacional do sistema de ensino e da própria escola, mas elas precisam sempre ser submetidas a uma avaliação crítica do ponto de vista social e ético.

² Esta questão é amplamente discutida na obra Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização, de autoria de Libâneo, Oliveira e Toschi (2011).

Acredita-se que não é possível a escola atingir seus objetivos e sua proposta curricular sem definição de organização e de gestão, pois as práticas de gestão são práticas educativas e a escola é um espaço de aprendizagem e formação profissional, e para tal precisa estar estruturada.

É imprescindível conhecer algumas concepções de gestão escolar e analisar as posições políticas a respeito do papel da escola e da formação humana na sociedade, como diz o autor: “portanto, o modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação, ou transformação social.” (LIBÂNEO, 2008, p.125).

É possível entender nas palavras do autor, que a gestão desenvolvida na escola, pode contribuir para uma transformação da sociedade ou reforçar as relações de dominação e autoritarismo que hoje se vivencia. Pensar no desenvolvimento da Educação do Campo remete a refletir sobre o papel dos gestores e professores na construção de uma escola que proporcione cidadania plena, autonomia, conhecimento e desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

Por isso, gestores e professores são convidados a construir um projeto de formação de sujeitos que sejam capazes de propor alternativas para a definição de um projeto político. Assim, é atribuída à escola do campo uma importante tarefa de pensar e colaborar no processo mais amplo de transformação social, transformação do mundo e a autotransformação humana.

Desse modo, é possível acreditar que:

[...] a escola do campo pode ser uma das protagonistas na criação de condições que contribuam para a promoção do desenvolvimento das comunidades camponesas a partir das concepções sobre as possibilidades de atuação das instituições educativas na perspectiva contra-hegemônica, além das funções tradicionalmente reservadas à escola, de socialização das novas gerações e de transmissão de conhecimentos. Para isso, faz-se necessário que se promovam no seu interior importantes transformações, tal como já vem ocorrendo em muitas escolas no território rural brasileiro, que contam com o protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de seus projetos educativos e na sua forma de organizar o trabalho pedagógico. (MOLINA; FREITAS, p. 25, 2011).

Esse pressuposto básico remete a pensar no valor das escolas, enquanto espaço público que pode contribuir para fortalecer o desenvolvimento das localidades do campo, considerando as ações educativas pensadas e efetivadas. O chamamento é de que gestores e professores podem ser protagonistas de inovações importantes nas comunidades do campo. Pensar em gestão significa decidir como encaminhar o trabalho administrativo e pedagógico com amplo envolvimento profissional de todos.

Nessa perspectiva, pensar em transformação da escola, demanda considerar os objetivos educacionais e todo o projeto de formação do ser humano que precisa ser definido coletivamente pela comunidade institucional no intuito de colaborar com a construção de um novo projeto de sociedade.

Numa concepção democrática - participativa é evidente que esse processo de tomada de decisões se dá coletivamente, sempre abrindo espaço para a participação³ de toda a comunidade. Ao que parece, a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola. A escola deixa de ser um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar uma comunidade educativa que interage com a sociedade como um todo. A participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação. A escola compreendida como lugar de compartilhar valores e de apreender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas, mas é também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural.

A cultura organizacional da escola rural está associada pelas interações sociais entre as pessoas, destacando as relações informais que ocorrem na escola, para uma visão além, meramente burocrática do funcionamento da instituição. Pode-se ver a escola como uma organização, na medida em que ela se constitui como unidade social “de agrupamentos humanos intencionalmente construídos ou reconstruídos” (LIBÂNEO, 2008, p. 99). As escolas são organizações, e nela acontece a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana.

Nessa direção, na tentativa de analisar a concepção de gestão, vale considerar que se trata de:

[...] um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. O entendimento do conceito de gestão, portanto, por assentar – se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos. O conceito de gestão, portanto, parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que criam um “todo” orientado por vontade coletiva. Esta, aliás, é condição fundamental para que a educação se processe de forma efetiva no interior da escola, tendo em vista a complexidade e a importância de seus objetivos e processos. (LUCK, 2006, p.21).

³ Freire, em *Política e educação* (2001), trata da participação em geral e participação comunitária em particular. A participação enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania se acha relação direta, necessária, com a prática educativa-progressista.

Assim, há um convite aos gestores e professores para que reflitam sobre as relações que perpassam pelo trabalho educativo, e a própria organização das escolas, em que as bases são os próprios sujeitos envolvidos no processo educativo. Uma cultura de colaboração precisa ser instituída, em que esforços sejam unidos por todos, para que verdadeiramente a educação da melhor qualidade se concretize. Por isso, é essencial examinar:

[...] valorizar os elementos internos do processo organizacional – o planejamento, a organização, a direção, a avaliação -, uma vez que não basta a tomada de decisões: é preciso que elas sejam postas em prática em função de prover as melhores condições para viabilizar os processos de ensino e a aprendizagem. (LIBÂNEO, 2008, p.125).

Pensar em uma gestão participativa no espaço da escola é um importante exercício democrático da gestão bem como um direito de cidadania, que precisa ser assumido pelos profissionais da educação comprometidos com o atendimento das especificidades das escolas do campo.

Examina-se assim que são estilos de gestão que se apresenta nas instituições escolares, em que uma cultura vai sendo construída, que precisa ser de participação, e não de subordinação. Para tanto, ela precisa ser discutida, avaliada, planejada, sempre visando responder aos propósitos da direção, da coordenação pedagógica, do corpo docente, do corpo discente, funcionários, colaboradores e comunidade em geral.

2. O PROFESSOR GESTOR: O DESAFIO DE QUALIFICAR A PRÁTICA EDUCATIVA

[...] o educador torna-se sujeito de sua própria formação na construção de seus saberes docentes, num processo dinâmico e consciente. (ZABALA, 2001; WEISZ, 1999).

Sinalizando a origem de uma nova cultura escolar, os professores são estimulados a participar, não apenas das atividades de sala de aula, mas também da organização e gestão⁴ do trabalho escolar. Nos aportes legais, observa-se que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 em seu artigo 206, e, ainda, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 3 e 14. O próprio Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010, que trata do Plano Nacional de Educação - PNE 2011/2020 igualmente faz referência a importância e a obrigatoriedade de que a gestão democrática fazer parte do contexto educacional no Brasil.

⁴ Gestão, de acordo com Lück (2006), relaciona-se ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1998), ao definir os princípios em que o ensino deve ser ministrado estabelece como dois deles “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e, a “gestão democrática do ensino público” (inciso VI do artigo 206). Do mesmo modo a LDB (Lei nº 9.394/96) faz referência a essa forma de gestão várias vezes no teor de seu texto. No inciso VIII do artigo 3º, que define os princípios com base nos quais será ministrado o ensino, determina o da “gestão democrática do ensino público [...]”. A segunda indicação está manifestada em seu artigo 14, ao determinar que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades, considerando os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996). E outra referência encontra-se no artigo 56 e seu parágrafo único, no capítulo que trata da educação superior, quando estabelece que “as instituições de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

É relevante referendar também que as legislações dos Sistemas Estaduais e Municipais de Educação, a partir do estabelecido pela Constituição Federal e a LDB em referência à gestão democrática, estabeleceram dispositivos como gestão colegiada, descentralização administrativa, autonomia das escolas e eleição de diretores. Estando incorporadas nos nossos dispositivos legais, obviamente que “gestão” e “democracia”, transformaram-se em pontos de debate e discussão.

Portanto, a gestão democrática do ensino público, está prevista em lei e precisa realmente nortear o trabalho dos gestores e educadores nas escolas do campo assegurando adequação à natureza do trabalho da zona rural, ou como assevera Fernandes (2008): articulando a prática pedagógica à realidade dos sujeitos, sem se limitar ao espaço geográfico, mas especialmente aos elementos socioculturais que constituem a vida destes povos. Há um indicativo de que a meta de gestores e educadores precisa ser a de construir uma Educação do Campo, com foco no enriquecimento e fortalecimento das experiências vividas, ressignificando o modo de viver e de produzir suas existências.

Para isso, gestores e professores precisam construir conhecimentos pedagógicos para que inovações na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino sejam discutidas e concretizadas, tendo em vista que historicamente a Educação do Campo é trabalhada a partir de um currículo urbano desconectado das necessidades e da realidade do

campo. Ou seja, urge que se discuta a Educação do Campo e nessa lógica, as demandas para gestores e professores.

A Gestão Pedagógica da sala de aula é, na verdade, um processo que envolve múltiplos saberes oriundos da formação, da área disciplinar, do currículo, da experiência, da prática social, e da cultura, entre outros. Assim, a gestão da sala de aula, espaço – tempo em que se dão as relações diretas e imediatas do ensinar e do aprender, não existe em si mesma e por si, mas se correlaciona, no interior da escola, com outras salas de aula e demais dependências, na unidade que constituem em trama de inter-relações. (LIBÂNEO, 2008).

Desse modo, considerando que a escola tem como principal função, assegurar que os sujeitos se apropriem dos conhecimentos produzidos historicamente, com base em uma perspectiva democrática, é fundamental discutir a forma de promover essa aprendizagem. Nesse sentido, vale dizer que toda prática pedagógica implica um relacionamento intencional do professor com os alunos e dos alunos com o conhecimento, de forma que as atividades de ensino-aprendizagem resultem da interação dos sujeitos entre si e com o objeto do conhecimento. Nesse campo é importante analisar que

“A Gestão Pedagógica da Sala de Aula: processo que envolve múltiplos saberes oriundos da formação, da área disciplinar, do currículo, da experiência, da prática social, e da cultura, entre outros. Atividade regida por uma racionalidade prática que se apoia em valores, em teorias, em experiências e em elementos contextuais para justificar as tomadas de decisão na gestão da sala de aula” (THERRIEN; FERNANDES, *apud* MOROSINI, 2003, p.377).

Portanto, na perspectiva dos teóricos, a gestão da sala de aula é fruto de uma caminhada de construção de referenciais que vêm da prática cotidiana do educador, mas também dos estudos que realizou teoricamente. Todos esses conhecimentos construídos direcionam e embasam as atitudes do profissional em sua ação educativa.

Outra concepção importante que merece ser examinada é a do professor gerativo.

Professor Gerativo caracteriza-se por não se eximir frente à condução pedagógica, aceitando conscientemente a responsabilidade de conduzir a aprendizagem dos alunos, com a finalidade de auxiliá-los ao longo de sua preparação e aperfeiçoamento profissional. Ele não apenas executa as atividades docentes, mas sente-se comprometido a realizá-las da melhor forma possível. (ISAIA *apud* MOROSINI, 2003, p.377/1992, 2001, 2003).

Nas considerações da autora, o professor apresenta especialmente o olhar de quem cuida, o que está articulado a uma necessidade em sentir-se responsável, tanto pelo

desenvolvimento de seus alunos de forma individual ou grupal, quanto pela responsabilidade social que é chamada a executar pelas políticas públicas que aí estão.

Neste momento, recorda-se o artigo 13 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que coloca como uma das incumbências do professor, o zelo pela aprendizagem do aluno. Esse é um pressuposto que necessita ser analisado pela comunidade escolar, enquanto comunidade educativa, quando se deseja implementar uma gestão democrática que atenda aos princípios e valores da Educação do Campo.

Nesse processo, é importante que o professor busque canalizar esforços no sentido de qualificar, a cada dia, o processo educativo, pois ele é o gestor da sala de aula. Sabe-se que, para construir uma educação de qualidade, o professor necessita articular teoria e prática, afetividade e cognição, pautando seu trabalho em referenciais democráticos e cidadãos.

Assim o educador, como bom gestor de sala de aula, precisa acreditar na capacidade de apreender de seu aluno, e esforçar-se no dia-a-dia para que isso aconteça de forma efetiva. Freire (1996) esclarece em sua obra, que ao exercer e compreender a capacidade de aprender do ser humano, de forma mais intensa, produz-se, estrutura-se e cultiva-se o que ele chama de “curiosidade epistemológica”, sem a qual não se consegue construir o conhecimento rigoroso e necessário.

Para tanto, a gestão democrática⁵ da sala de aula, pressupõe a redefinição do papel do educador como orienta a pesquisadora:

[...] a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. [...] (LÜCK, 2010, p.25).

Nas palavras da autora, a gestão é um componente decisivo no cotidiano escolar, quando os protagonistas estão comprometidos com uma educação da melhor qualidade e um ensino voltado a desenvolver potencialidades no estudante. Sendo assim, há uma compreensão de que a gestão escolar necessita estar a serviço de questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Ou seja, todo o trabalho desenvolvido no espaço escolar, precisa estar carregado de uma intencionalidade, que se traduza em desenvolver a autonomia moral e intelectual dos sujeitos para a formação, à construção da cidadania e preparação para o trabalho.

⁵ Gestão democrática, de acordo com Veiga (1997: 18) exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

Pensar a gestão na escola⁶ pressupõe que a nova postura do professor não se resume a gestão da sala de aula. O professor precisa estar capacitado para a gestão de mudanças e de processos na escola como um todo. Com uma visão que vai além da sala de aula, necessita perceber-se co-responsável pelo andamento da escola. Nessa lógica, é imprescindível que o profissional da educação articule-se coletivamente com seus pares, e defina um programa de estratégias didático-pedagógicas que permitem ao aluno construir saberes, que são essenciais para a sua formação humana.

3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO: SABERES NECESSÁRIOS AOS GESTORES E PROFESSORES

[...] a pequena escola em contexto rural pode contribuir para “reinventar” práticas pedagógicas e educativas, superadoras dos limites inerentes à forma escolar. (CANÁRIO, 1995).

A valorização do mundo rural emerge, hoje, como uma temática relevante a ser discutida no interior das escolas do campo. Assim, pesquisar, analisar e investigar processos de defesa da sobrevivência do mundo rural, e dos seus habitantes, tem se configurado em debates e na própria literatura como caminho necessário para salvaguardar o presente e o futuro da vida no campo.

Examinar na contemporaneidade a questão da escola do campo, pelas suas implicações para a sociedade como um todo, remete, a pensar em Freire, que sempre defendeu que a questão educativa precisa estar no centro do debate político e filosófico, entendendo que o projeto educativo e projeto político constituem realidades indissociáveis. Para tanto, o chamamento aos gestores e professores é de que trabalhem para legitimar a importância da existência da escola nas comunidades do campo, desenvolvendo práticas educativas que encorajam e contribuam para transformar a escola do campo em laboratório de uma nova escola

Todos os escritos de Freire resultaram de reflexões a partir de experiências que realizou com famílias, em escolas, em universidades, com trabalhadores, com adultos em processo de alfabetização, em círculos de cultura, em trabalhos que desenvolveu no exterior,

⁶ (...) A gestão na Escola, é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos – administrativos (LIBÂNEO, 2008).

entre tantos outros. São muitos os saberes implicados na prática educativa, segundo Freire. Para ele, o professor é o profissional que orienta, que ajuda, que dá sentido ao conhecimento, além de animador da aprendizagem. Por meio dos saberes dos mestres que interagem com os saberes do aluno, ambos aprendem a interpretar a realidade e fazer a leitura do mundo. Não é para menos que o pensamento pedagógico brasileiro contemporâneo situa Freire entre os pedagogos humanistas e críticos que contribuíram decisivamente à concepção dialética da educação. Freire insiste em afirmar que a história é possibilidade, e a proposta que se apresenta ao professor e a todos os sujeitos é saber o que produzir com ela.

Para ele, o ciclo do conhecimento compreende dois momentos:

[...] um é o momento em que conhecemos o conhecimento existente, produzido; o outro, o em que produzimos o novo conhecimento. Ainda que insista na impossibilidade de separarmos mecanicamente um momento do outro, ainda que enfatize que são momentos de um mesmo ciclo, me parece importante salientar que o momento em que conhecemos o conhecimento existente é preponderantemente o da docência, o de ensinar e aprender conteúdos e o outro, o da produção do novo conhecimento, é preponderantemente o da pesquisa. (FREIRE, 1992, p.192).

Notadamente, há, nessa afirmação, muitos saberes docentes, necessários e fundamentais que, ao serem colocados em prática pelo aluno e pelo professor, impulsionam e facilitam o processo de aprendizagem. Educar é uma tarefa exigente, empenhar-se em apreender esses conhecimentos nas suas amplas razões de ser, sejam elas política, ética, epistemológica e pedagógica favorece e qualifica o processo educativo.

Acredita-se que a educação é uma forma de intervenção no mundo, por isso a necessária responsabilidade ética no exercício de gestores e educadores do campo, como aponta o autor:

Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. (ARROYO, 2004, p.23).

O autor argumenta que a Educação do Campo não pode estar desarticulada de um projeto de desenvolvimento do campo que se almeja construir. Para tal, é preciso preparar os sujeitos para intervir na comunidade, oferecendo uma educação específica com caráter

alternativo, eis o convite do pesquisador aos gestores e professores do campo. A defesa é de que é imprescindível pensar a formação humana de forma integral, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da humanidade. Eis um pressuposto que precisa ser examinado, no intuito de buscar referenciais teóricos metodológicos para embasar a prática educativa no cotidiano das escolas do campo.

Nesta lógica, garantir que as escolas tradicionais do campo possam se transformar em instituições que verdadeiramente contribuam para o desenvolvimento social de suas comunidades, pressupõe a pensar que todo o projeto educativo a ser desenvolvido deve operacionalizar ações capazes de cultivar formas e estratégias de trabalho que capazes de trazer e envolver a comunidade ao redor da escola para seu interior, acreditando nela como uma aliada para enfrentar seus problemas e construir soluções; 2) promover a superação da prioridade dada aos indivíduos isoladamente, tanto no próprio percurso formativo relacionado à construção de conhecimentos, quanto nos valores e estratégias de trabalho, cultivando, ao invés do individualismo, a experiência e a vivência da realização de práticas e estudos coletivos, e também instituindo a experiência da gestão coletiva da escola; 3) romper com a separação do trabalho em intelectual e manual, da teoria e da prática, buscando construir estratégias de inserir o trabalho concretamente nos processos formativos experienciados na escola. (CALDART, 2010).

Há uma compreensão de que para que a escola do campo contribua no fortalecimento das lutas de resistência dos camponeses, é fundamental garantir a articulação político-pedagógica entre a escola e a comunidade, a partir da democratização do acesso ao conhecimento científico. Apara tanto, metodologias adequadas ao cultivo desta participação precisam oportunizar a construção de espaços de decisão sobre os trabalhos a serem realizados, e as prioridades das comunidades nas quais a escola esta inserida. Ou seja, todo o processo educativo desenvolvido no interior da escola do campo precisa ser ressignificado de forma a atender às reais necessidades do homem do campo.

Para tanto, alguns princípios de gestão democrática precisam ser analisados pelos gestores e professores, quais sejam:

“Situar o professor como educador, comprometido com a proposta pedagógica da escola[...]. abrir espaço para a valorização das vivências dos alunos e experiências inovadoras, como momentos de aprendizagem. Ouvir, acolher e defender a pluralidade de vozes e das formas de ser. [...] dar um sentido público à prática social da educação. Assumir o compromisso radical com a não discriminação, a defesa dos

direitos humanos e a preservação da natureza. Cultivar um clima organizacional positivo, desafiador, valorizando as pessoas, o trabalho coletivo, ressaltando mais os sucessos do que as falhas, um compromisso amoroso de ser, conviver e conviver. “(BORDIGNON, 2004, p. 312).

A gestão democrática na escola, demanda a compreensão de inúmeros saberes, que vem do campo pedagógico, do campo do conhecimento e dos próprios processos de gestão, bem como uma sensibilidade política para atentar a realidade do contexto. É indiscutivelmente necessário perceber a escola como instituição situada em determinado ambiente social, em que alguns princípios precisam orientar a ação de gestores e professores, para orientar a construção de uma escola com visão e perspectivas futuras.

Segundo MORIN (2001a, p. 31):

[...] a educação para o futuro exige um esforço transdisciplinar que seja capaz de rejunta ciências e humanidade e romper com a oposição entre natureza e cultura. Para isso, há necessidade de se reformar o ensino que leva à reforma do pensamento e a reforma de pensamento deve levar à reforma do ensino. (MORIN, 2001b, p. 20).

Gestores e professores precisam assumir o papel de agentes do pensamento. Pensar para definir caminhos que apontem para a reforma necessária do ato de educar, com coerência pedagógica, em que uma interação mais personalizada com a comunidade seja instituída. Vale recordar o artigo 205 da Constituição Federal: pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Realizar estes objetivos pressupõe reformar o pensamento, ampliando, diversificando e coordenando ações em conjunto com organizações formais e informais presentes nos locais em que a escola está situada.

A reforma do pensamento demanda assumir uma gestão democrática que valoriza e acredita no potencial dos professores. Para tanto, a assessoria aos docentes, concentrando e investindo no seu desenvolvimento profissional também é uma ação essencial, que precisa ser empreendida pelos gestores. A docência, particularmente é uma atividade complexa que exige a construção de inúmeros saberes, entre eles pedagógicos, e saberes que vem do campo do conhecimento, pois a organização e a construção dos conhecimentos são funções pedagógicas primordiais da escola. Portanto, investir na formação do professor é analisar as ações educativas e o porquê de estarem sendo desenvolvidas dessa maneira. Acredita-se que todo o processo de formação docente fortalece e encoraja a mudança.

PIMENTA (2005a, p.26) argumenta que “os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre a educação e sobre pedagogia, podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas, confrontando-os. É aí que se produzem saberes pedagógicos, na ação.”

O grande desafio do campo da educação é, especialmente, saber trabalhar com toda a complexidade e envolvimento que a educação exige. Os gestores e professores que se envolvem, que se responsabilizam, são aqueles que acreditam que podem fazer a diferença. É um movimento constante dos profissionais da educação em constituir-se de esperança, e acreditar na mudança, lutando por uma escola do campo que seja instrumento a serviço do desenvolvimento sustentável, que respeita a identidade dos povos do campo, e ao mesmo tempo valoriza sua história, seus conhecimentos, sua relação com a natureza.

4. CONSIDERAÇÕES

Compreender a educação com base na diversidade presente nas escolas do campo implica em construir conhecimentos que vem do campo pedagógico, das políticas públicas e da literatura brasileira com foco no desenvolvimento e inovação educacional.

A gestão da educação nas escolas do campo demanda planejamento participativo, que valoriza e oportuniza a participação da comunidade interna e externa a escola. Com o estudo foi possível perceber que a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo, bem como suas lutas cotidianas na construção de uma identidade.

A construção de uma gestão democrática na educação e na sociedade, está posta nas políticas públicas e é argumento defendido por inúmeros teóricos que lutam a favor do desenvolvimento e implantação de um sistema educacional brasileiro que reconhece a necessidade de construir políticas especiais para consolidar a Educação do Campo.

Nesse sentido, gostaríamos de colocar nosso posicionamento de que as políticas públicas e as pesquisas e debates empreendidos no Brasil são contemporâneo dão conta de orientar que uma nova concepção de escola do campo precisa ser construída. Há um movimento para que seja interrogada a tradicional escola do campo em sua forma de ensinar,

de abordar o conhecimento, de tratar as relações sociais. O chamamento é para que as escolas do campo estabeleçam vínculos com a comunidade se articulem com as mais diferentes instituições locais e regionais para subsidiar a estruturação do que pode vir a ser a escola do campo, examinando e definindo sua missão, suas propostas e objetivos que precisa perseguir para atender os anseios comunitários.

As lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, no Brasil, também precisam ser compreendidos por gestores e professores, pois estes conquistaram importantes programas de educação para os camponeses, e podem apontar indicativos de ações que precisam permear as propostas político-pedagógicas das escolas do campo.

Para tanto, acredita-se que é possível colaborar e impulsionar novas investigações com foco na gestão da Educação do Campo, comprometidas com o direito educacional que se concretize com qualidade e no respeito às expectativas e necessidades da realidade e da vida da população do campo.

Neste estudo, compreendeu-se que ser gestor é buscar e canalizar esforços no sentido de qualificar a cada dia o processo educativo. Sabe-se que para construir uma educação de qualidade, gestores e professores precisam articular teoria e prática, pautando seu trabalho em referenciais democráticos e cidadãos.

O estudo estimulou refletir questões como a gestão pedagógica da escola e da sala de aula, que é na verdade, um processo que envolve múltiplos saberes oriundos da formação, da área disciplinar, do currículo, da experiência, da prática social, e cultura, entre outros. A compreensão é de que toda prática educativa precisa estar embasada numa concepção de ser humano, numa visão de mundo e numa maneira de pensar os processos de humanização e formação do ser humano. Para tanto, gestores e professores precisam construir conhecimentos do campo profissional, valorizar e efetivar os saberes que vêm do campo pedagógico e as habilidades que vai adquirindo com sua experiência, pois este conjunto favorece a constituição de um bom gestor.

6. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96**. Presidência da República. Brasília. 1996.

BRASIL. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**: projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL nº 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. Presidência da República. 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispões sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática da escola cidadã. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: notas para uma análise do percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e pesquisa – II: questões para reflexão. Brasília: Nead. 2010a. p. 103-126.

_____. **A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar**. In: MUNARIM, Antônio et al. (Orgs.). Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010b. p.145-188.

CANÁRIO, R. **A escola rural na Europa**. Setúbal: ICE, 1995.

FERNANDES, C.M.B. Projeto de pesquisa. **A constituição do campo de saberes do professor em formação: o desafio da articulação teoria-prática e as tensões do campo da formação e do campo profissional**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

FERNANDES, C. M. B.. **À procura da senha da vida-de-senha a aula dialógica?** In: VEIGA, I. P. (Org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

FERNANDES, C. M. B. **Diálogos epistemológicos nas licenciaturas: re-invenção e mediações em campos movediços?** In: FORSTER, M. M. dos S.; BROILO, C. L. (Orgs.). **Licenciaturas, escolas e conhecimento** (115-128). Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin, 2008.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo**. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.

FREIRE, P.. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira de 2009. Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em dez. 2010.

ISAIA, S. Professor da educação superior. Professor Gerativo. In: MOROSINI, Marília. (Org.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Brasília, DF: Editora Inep/MEC, 2006, v. 2.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999..

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série: Cadernos de Gestão.

_____. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão Educacional**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Gestão da Cultura e do clima organizacional da escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Gestão participativa na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MOLINA, Mônica C.; FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo.** Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, Unesco, 2001a.

MORIN, E.. **A cabeça bem feita.** Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

MOROSINI, Marília Costa, et al. **Enciclopédia de pedagogia universitária.** Porto Alegre: FAPERGS/ RIES, 2003.

PIMENTA, S. G.. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

RABELLO, Ivone Daré & GOLDENSTEIN, Marlene Shiroma. **Ação pedagógica em classes multisseriadas: uma proposta de análise e atuação.** Projeto Ipê, Ano 2, Fundamentos VI, São Paulo, s.ed., 1986.

THERRIEN, J. THERRIEN. Prática pedagógica universitária. **Gestão pedagógica de sala de aula.** In: MOROSINI, Marília. Enciclopédia de Pedagogia Universitária. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político-pedagógico.** Campinas, SP; Papirus, 1997.

WEISZ, T. & SANCHEZ, A. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1999.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre, Artmed, 2001.